



**PODER JUDICIÁRIO**

Gabinete do Desembargador Paulo César Alves das Neves  
gab.pcaneves@tjgo.jus.br



Valor: R\$ 1.000,00  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Lei  
ÓRGÃO ESPECIAL  
Usuário: Suzane da Cunha Mota - Data: 08/10/2024 10:27:06



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 12/09/2024 13:04:48

Assinado por PAULO CESAR ALVES DAS NEVES

Localizar pelo código: 109887665432563873801417090, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5866915-47.2024.8.09.0000

ÓRGÃO ESPECIAL

REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

REQUERIDO: ESTADO DE GOIÁS

AMICUS CURIAE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE GOIÁS

RELATOR: Desembargador PAULO CÉSAR ALVES DAS NEVES

VOTO

RELATÓRIO E

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, cujo objeto é a declaração da in-constitucionalidade dos artigos 3º, incisos IV e VII, 16 e 17 da Lei nº 22.978/2024, edi-tada pelo ESTADO DE GOIÁS, com os seguintes teores, verbis:

“Lei Estadual nº 22.978/2024:

(...).

**Art. 3º.** Para viabilizar a política instituída por esta Lei, observada a legis-lação aplicável a cada medida, compete ao poder público, entre outras ações:

(...).

IV – realizar a busca e a apreensão de materiais usados para provocar incêndios criminosos;

(...).

VII – requerer, nos termos da lei, o afastamento de sigilos e a busca domicili-ar, quando forem necessários à efetivação da política pública;

(...).

**Art. 16.** Provocar incêndio em flores-tas, matas, demais formas de vegetação, pastagens, lavouras ou outras culturas, du-rante a vigência de situação de emergência ambiental ou calamidade decretada, expondo a perigo a vida, a integridade física, o patrimônio público ou



privado, a ordem pública e a coletividade:

**Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 7 (sete) anos, e multa.**

**Parágrafo único.** Se do incêndio resulta morte, lesão corporal grave, comprometimento do funcionamento de serviços públicos, prejuízo econômico relevante ou se ele decorre de ação coordenada:

**Pena – reclusão, de 10 (dez) anos, e multa.**

**Art. 17.** O crime previsto no art. 16 desta lei é inafiançável.”

Esclarece o autor, *a priori*, que “os artigos 3º, incisos IV e VII, 16 e 17 da Lei n. 22.978/2024, do Estado de Goiás, (...) instituíram crime ambiental inafiançável e cominaram penas privativas de liberdade ao agente que provocar incêndio criminoso (art. 16 e 17), além de expandir as hipóteses de cabimento dos meios especiais de obtenção de prova.”

Sustenta que “ao editar a legislação questionada, o Estado de Goiás invadiu a esfera de competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual, pois regulou hipóteses de utilização de meios de produção de prova (quebra de sigilo e busca e apreensão) não previstos na legislação federal, bem como tipificou condutas como ilícito penal, aplicando-lhes, ainda, penas privativas de liberdade e multa, além de classificá-lo como inafiançável.”

Aduz, portanto, que a lei questionada “I) viola diretamente o texto constitucional; II) possui generalidade e abstração, não sendo ato normativo secundário ou de efeito concreto; III) é proveniente do Poder Público Estadual; e IV) encontra-se em vigor”, daí por que “apta a provocar, nos termos do artigo 46, inciso VIII, da Constituição do Estado de Goiás, a atuação do Tribunal de Justiça em controle abstrato de constitucionalidade.”

Aponta ofensa ao princípio federativo, à regra da repartição constitucional de competências e aos direitos e garantias fundamentais, na medida em que referida legislação cria tipos penais, estabelece situações de busca e apreensão, determina quebra de sigilo e regulamentar cabimento de fiança, matérias estas alheias a competência estadual (a definição de hipóteses típicas, suas consequências e medidas processuais de persecução, são matérias da União).

No afã de robustecer a tese espelhada na exordial, traz à colação excertos legais e jurisprudenciais.

À luz de tais argumentos, por entender presentes os pressupostos legais pertinentes (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), clama pela



concessão da medida cautelar requestada, com vistas a sus-pender a eficácia dos dispositivos da lei estadual *sub judice*.

Alfim, pugna pelo “o julgamento de procedência do pedido, para que se declare a **inconstitucionalidade dos arti-gos 3º, IV e VII, 16 e 17 da Lei n. 22.978/2024, do Estado de Goiás**, por ofensa aos artigos 1º, *caput*, 5º, X, XI e XII, 18, *caput*, e 22, inciso I, todos da Constituição Federal, os quais, por força do artigo 25, *caput*, daquela Carta Federal, devem ser obrigatoriamente observados por todos os entes fede-rativos.”

Com a peça inicial vieram documentos (Movimentação 1, Arquivos 2/3).

É o relatório. **Passo ao voto.**

*Ab initio*, registro que o pedido da OAB Goiás de inter-venção no feito como *amicus curiae* foi deferido em sessão plenária, tendo, à ocasião, sido feita sustentação oral.

Dito isso, calha registrar a viabilidade de, em sede de controle abstrato de constitucionalidade, conceder-se medida cautelar emergencial, com o fito de garantir a utilidade e eficácia de futura presta-ção jurisdicional de mérito. E, para tanto, indispensável a observância dos requisitos ínsitos ao provimento liminar em tela, quais sejam, a **plau-sibilidade jurídica da tese esposada** (*fumus boni iuris*) e a **possibili-dade de prejuízo decorrente do retardamento da decisão vindicada** (*periculum in mora*).

Sendo assim, em sede preambular de cognição de mérito, vislumbro pertinente o endosso do pedido liminar.

É que, mesmo limitado à cognição sumária reservada a esta sede, é de se anotar que o pleito está lastreado em fundamenta-ção de robusta consistência (*fumus boni iuris*), haja vista que a criação de tipos penais, o estabelecimento de hipóteses de busca e apreensão e de quebra de sigilo e a regulamentação do cabimento de fiança são ma-térias que refogem à competência estadual, *ex vi* das disposições cons-titucionais previstas nos artigos 1º, 18 e 22, inciso I, da Constituição Fe-deral.

Ademais, não se pode perder de vista que a norma em apreço tem implicação direta e imediata em direitos e garantias fun-damentais dispostos na



*Lex Mater*, com reflexos em temas sensíveis como o direito de ir e vir e a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, do domicílio e dos sigilos, daí por que tenho por caracterizado o *periculum in mora*, bem como a situação excepcional disposta no artigo 10, §3º, da Lei nº 9.868/99.

*EX POSITIS*, e com espeque no artigo 11, §1º, da Lei nº 9.868/99, **suspendo**, com efeito *ex nunc*, a eficácia dos artigos 3º, IV e VII, 16 e 17 da Lei nº 22.978/2024, do Estado de Goiás, até o julgamento final da ação.

Publique-se, no prazo de 10 (dez) dias, a parte dispositiva deste *decisum* no Diário Oficial do Estado e no Diário da Justiça eletrônico, nos termos do artigo 11, *caput*, da Lei nº 9.868/99.

Por conseguinte, para efeito do que prescreve o artigo 6º, da Lei 9.868/99, **notifique-se** a autoridade da qual emanou a norma censurada, o **GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS** e a respectiva **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, na pessoa do seu Presidente, cientificando-lhes da deliberação em voga, para, desta feita, quanto ao mérito, prestarem as informações acerca dos dispositivos impugnados, no **prazo de 30 (trinta) dias**.

Decorrido o prazo para as informações, na forma do artigo 8º da Lei nº 9.868/99, ouça-se, sucessivamente, no prazo de 15 (quinze) dias, agora quanto ao mérito, o **Procurador-Geral do Estado de Goiás** e o **Procurador-Geral de Justiça**.

**É o voto.**

Goiânia, 11 de setembro de 2024.

Desembargador **Paulo César Alves das Neves**

Relator

**ACÓRDÃO**



Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as supra indicadas.

**ACORDAM** os componentes da 3ª Seção Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à unanimidade de votos, **em deferir a medida cautelar requerida**, nos termos do voto do Relator.

Votaram com o Relator, os(as) Desembargadores(as) Fernando Braga Viggiano (em substituição à Desembargadora Nelma Branco Ferreira Perilo), Algomiro Carvalho Neto (em substituição ao Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho), Beatriz Figueiredo Franco, Leobino Valente Chaves, Gilberto Marques Filho, Zacarias Neves Coêlho, Luiz Eduardo de Sousa, Leandro Crispim, Itaney Francisco Campos, Carlos Alberto França, Amaral Wilson de Oliveira, J. Paganucci Jr., Nicomedes Domingos Borges, Guilherme Gutemberg Isac Pinto, Anderson Máximo de Holanda, Fábio Cristóvão de Campos Faria, Sebastião Luiz Fleury, Reinaldo Alves Ferreira, Camila Nina Erbeta Nascimento, Jeronymo Pedro Villas Boas e Fabiano Abel de Aragão Fernandes.

A sessão foi presidida pelo Desembargador Carlos Alberto França.

Participou da sessão o Procurador de Justiça Dr. Cássio Roberto Terual Zarzur.

Fizeram sustentações orais o Procurador de Justiça acima mencionado, pelo Ministério Público do Estado de Goiás, bem como o Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás, admitida como *amicus curiae*.

Goiânia, 11 de setembro de 2024.

Desembargador **Paulo César Alves das Neves**

Relator

